

DO *TEMPO DOS BURROS* AOS LOTES DE HOJE: USOS DO TERRITÓRIO EM CUJUBIM BEIRA RIO (RR)

**MARISA BARBOSA ARAUJO
TAIGUARA DOS SANTOS PEREIRA**

RESUMO *Cujubim Beira Rio é o nome atribuído a uma porção territorial localizada às margens do rio Branco, na região conhecida localmente como furo do Cujubim, no município de Caracaraí, estado de Roraima. Este artigo busca apresentar as relações socioambientais estabelecidas na trajetória de ocupação de Cujubim Beira Rio. Para tanto, procuramos descrever usos e percepções do território em questão, observando como esses fatores concorrem para a efetivação de uma territorialidade particular na qual se assenta o argumento do direito à terra pela população local.*

PALAVRAS - CHAVE *Territorialidades. Paisagem. Roraima.*

FROM DONKEY TIMES TO TODAY'S LAND PLOTS: TERRITORY USES IN CUJUBIM BEIRA RIO (RR)

ABSTRACT *Cujubim Beira Rio is the name given to a territorial portion located on the banks of the Branco River, in the region known locally as the Cujubim hole, in the municipality of Caracaraí, RR. This article seeks to present the socio-environmental relations established in the trajectory of occupation of Cujubim Beira Rio. Therefore, we try to describe uses and perceptions of the territory in question, observing how these factors contribute to the realization of a particular territoriality on which the argument of the right to land by the local population is based.*

KEYWORDS *Territorialities. Landscape. Roraima.*

INTRODUÇÃO

Situado na região centro-sul do estado e, por assim ser, parte integrante da bacia hidrográfica do médio e baixo Rio Branco, o município de Caracará é palco de diferenciados grupos de interesse com respectivas lógicas territoriais. Dados do Censo Demográfico de 2010 informam uma população de 18.398 pessoas, sendo 10.910 na zona urbana e 7.488 na zona rural (IBGE, 2010). O município tem sua história de ocupação marcada pelas estratégias de exploração e controle territorial conduzidas no estado de Roraima desde o período colonial, passando pelo período da ditadura militar, até os dias atuais (SANTOS, 2013). Com uma extensão territorial de 47.408,903 km² – 21,14% do território do estado –, o município abrange 11 unidades de conservação, nove projetos de assentamento, três terras indígenas, além de grandes fazendas, posses e áreas de antiga ocupação ribeirinha.

Pretendemos, neste artigo, apresentar uma síntese da experiência de um grupo de pessoas, moradores do Cujubim Beira Rio, no sentido de produzir e afirmar sua territorialidade¹. Tal como Pietrafesa de Godoi (2014, p.10), entendemos que:

Territorialidades, como processos de construção de territórios, recobrem, pois, ao menos dois conteúdos diferentes: de um lado, a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações, e, de outro lado, os princípios de organização – a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos.

Consideramos que lugares e modos específicos de habitar evidenciam engajamentos no mundo e são constituídos por processos sociais e temporais, que também dão forma ao ambiente (INGOLD, 2000).

¹ Os dados aqui apresentados foram obtidos a partir de uma relação de pesquisa construída durante o quinquênio 2014/2018. Os primeiros contatos com os habitantes de Cujubim Beira Rio ocorreram no âmbito do projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação, executado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), do qual fez parte o autor Taiguara dos Santos Pereira.

Nesse sentido, o que pretendemos aqui é demonstrar a compreensão da relação do grupo com o lugar que denominam Cujubim Beira Rio, apreendendo seus modos específicos de ocupação, usos, controle, e atribuição de significados a essa parcela do ambiente (LITTLE, 2003).

Buscando nos desvencilhar de uma apreensão da paisagem como algo estático e inerte, um substrato material a partir do qual as pessoas constroem relações de sociabilidade, intencionamos enfatizar a ideia de pertencimento e de engajamento de coletivos com/no ambiente como um modo específico do habitar. A perspectiva da habitação desenvolvida por Ingold (2000, 2015) aponta para paisagens como resultados de envolvimento humanos e não humanos contínuos. O autor concebe as paisagens como momentos em constantes mudanças nas relações de habitar, como formas de engajamento no mundo onde habitar é entendido como imersão no fluxo da vida em geral. Para Steil e Carvalho, a aceção de paisagem proposta por Ingold “permite enfatizar a dinâmica dos processos temporais e sociais que dão forma ao ambiente, ao mesmo tempo que constituem e modificam os lugares e os modos de habitar (...)” (STEIL; CARVALHO, 2008, p.297).

Assim entendemos a territorialidade dos habitantes de Cujubim Beira Rio: relações estabelecidas no/com o ambiente e outros coletivos por meio de deslocamentos, engajamentos e movimentos constitutivos e constituídos na/da paisagem.

TEMPO DOS BURROS

Cujubim Beira Rio é a forma como um grupo de pessoas designa uma porção territorial localizada nas proximidades do limite norte do município de Caracará, estado de Roraima. Situado à margem direita do rio Branco, na região conhecida localmente como *furo* do Cujubim, o território compreende uma

área de floresta com características ecológicas próprias do bioma amazônico.

Os habitantes assinalam suas divisas e recontam suas estórias estabelecendo referências, sobretudo, em componentes da paisagem local. A designação “Beira Rio” reflete dois aspectos fundamentais da relação dos moradores com a localidade. Em primeiro plano, remete à importância que têm o rio Branco e todos os recursos por ele oferecidos no cotidiano de vida dos moradores locais. Segundo, reflete uma contrapartida territorial do constante processo de (re)produção de fronteiras sociais (BARTH, 1998), uma vez que, tal designação delimita a parcela específica do ambiente à qual estão vinculados os agentes sociais em questão, revelando identidade e pertencimento.

Esse grupo de pessoas circunscreve o início de sua relação com a região do Cujubim Beira Rio nos primeiros anos da década de 1960, quando passaram a adentrar as florestas da região com o propósito de trabalhar na coleta de frutos de castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*).

“Quando eu cheguei em 1961, tinha só uma picada por onde a gente conduzia as castanhas num burro” (TRABALHADORES... 2014, p. 10). Essa memória de Dona Francisca Canavarro é frequentemente acionada quando os moradores são instados a relatar cronologicamente o tempo de ocupação do território referido. Figurando como uma das mais antigas referências de chegada ao Cujubim Beira Rio, ela passa a constituir uma narrativa histórica de ocupação, na qual encontra acento o argumento de uma relativa longevidade do uso dos recursos naturais, que converge para a configuração de uma existência territorial particular.

O *tempo dos burros* – como a época é lembrada - refere-se a um período em que a região era alvo de inúmeras incursões extrativistas para a coleta de recursos florestais, sobretudo, frutos de castanha do Brasil e balata².

² Balata é o látex da árvore denominada balateira (*Manilkara bidentata*), comum nos estados do norte do Brasil. Desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, a exploração gomífera foi uma atividade central na economia nessa região, com destaque para o extrativismo do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e da balateira.

Dessas passagens pelas memórias dos moradores depreende-se a importância histórica da atividade extrativista na região. Não é difícil localizar fontes escritas que referenciem tal importância desde o período da expansão colonial portuguesa para o vale do rio Branco. Segundo Farage (1991), o modelo baseado no sistema plantation – largamente empregado em outras capitanias do Brasil – não alcançou sucesso quando se intensificou o movimento de expansão colonial para as terras do Rio Branco, garantindo assim um relativo espaço para a atividade extrativista no cenário econômico do estado do Grão-Pará.

No contexto da economia colonial amazônica, a produção natural da região do Rio Branco prestava-se igualmente à atividade extrativista: dos seus campos se obtinham madeiras e resinas apreciadas, além de baunilha, cacau e salsaparrilha, itens importantes da exportação do Grão-Pará. A extração do cacau parece ter sido a mais significativa, pois que ele crescia às margens do baixo rio Branco, área de mais fácil acesso para os coletores vindos do Rio Negro. A pesca e a viração de tartarugas vieram a suprir o mercado regional da capitania do rio Negro no século XVIII (LOBO D' ALMADA, 1861, apud FARAGE, 1991, p.56).

Nesse sentido, ainda que a coleta das “drogas do sertão” não tenha sido o principal catalizador do processo de expansão para o vale do Rio Branco, a atividade extrativista concorreu para sua consolidação ofertando produtos para abastecimento interno e exportação e possibilitando relativo conhecimento da região por meio das incursões para coleta e comercialização desses produtos (FARAGE, 1991).

A esse breve comentário histórico, soma-se a atuação da empresa J.G. Araújo na região do rio Branco entre o final do século XIX e meados do século XX (SOUZA, 2011). A empresa estabeleceu atividades econômicas em ramos variados ao longo do rio – comércio e transporte de produtos, produção de charque, criação de gado, exploração extrativista e aquisição de grandes

extensões territoriais – dominando, de longe, os mecanismos econômicos estruturados em torno dele (SOUZA, 2011). O mesmo autor, ao analisar os balanços quinquenais da empresa no século XX, encontra números que refletem o crescimento da atuação da J.G. Araújo no rio Branco em detrimento de sua atuação no rio Negro:

Os balanços do século XX mostram uma tendência bem diferente da observada anteriormente. Neles em 1925, a região do rio Negro concentra 22% dos ativos, seguido de perto da região do rio Branco com 19%. No próximo quinquênio, a região do Rio Branco com 13% supera a do rio Negro com 8% dos devedores, tendência que irá manter em 1935, caindo o rio Negro para 4%. O que nos leva a considerar pelos dados, o quão forte foi o interesse da empresa naquela região, a partir da década de 1920, culminado com o estabelecimento de uma filial em Boa Vista em 1930 (SOUZA, 2011, p. 68).

No que tange à atividade extrativista, a atuação dessa empresa no ramo de comércio e transporte fluvial permitiu a ela incorporar a estrutura de comercialização, estabelecida desde o tempo da expansão colonial entre ribeirinhos e regateiros, sob a forma de aviamento comercial. A partir de 1920, a J.G. Araújo estabeleceu um entreposto comercial no povoado Vista Alegre (MAGALHÃES, 2008; SOUZA 2011). Ademais, a empresa compôs um patrimônio territorial formado por inúmeras propriedades dispersas pelo baixo, médio e alto rio Branco. Souza (2011) sublinha que na virada do século XIX para o século XX constava no patrimônio da J.G. Araújo um seringal na região do rio Branco.

Na região onde hoje se localiza o Cujubim Beira Rio, a J.G. Araújo possui documentação de pelo menos seis propriedades em áreas de castanhais – Terra Preta, Mundo Novo, Jarú 1, Jarú 2, Desengano e Nova Vista –, representando uma extensão territorial de aproximadamente quatorze mil hectares nas áreas de maior adensamento de castanheiras na região (SOUZA, 2011).

Atualmente quase todas essas propriedades estão sob domínio da Madeireira Vale Verde Ltda., que promove na área a atividade de extração de madeira.

A atividade extrativista no Cujubim Beira Rio no *tempo dos burros* parece ter obedecido a um sistema similar ao estabelecido nos tempos áureos da atuação da J. G. Araújo na região. Há indícios, nos relatos dos moradores, de que os castanhais eram arrendados com pagamento a ser efetuado em porcentagem de castanha ao dono/gerente do castanhal. Sr. Paciência, lembrando o *tempo dos burros*, relata:

Aí só que essa área que eu peguei, em 1978, eu botei 22 homens no castanhal. (...) Aí bom...esse homem ficava vigiando lá, cá embaixo aqui do Cujubim. Aí eu fui, arrendei, perguntei dele se ele não queria arrendar aquilo, aquele castanhal pra mim, que eu ia tirar aquela castanha todinha que estava se perdendo lá. Ele não queria mais que a gente tirasse mais por conta própria, que nem a gente trabalhava [...] Nós tiramos 2800 medidas. A medida é 4 latas. Não tiramos a castanha toda, né? E eu dizia pra eles assim: vamos trabalhando e *impicando* as castanheiras, aí nós contamos dez mil e uns quebradinho de castanheiras. [...] Aí bom, essas dez mil castanheiras estavam em pique né, de uma pra outra, de uma pra outra. Eu paguei pra ele, eu arrendei, mas eu não tô mais lembrado quanto foi.

Ainda que os relatos de chegada remetam a um período posterior ao encerramento das atividades da empresa na região, especulamos que a relação de arrendamento explicitada na fala do Sr. Raimundo Paciência possa ter ocorrido com a própria J. G. Araújo por algum gerente ou cuidador da área, ou ainda, com quem possa ter sucedido, posteriormente, à empresa, nos interesses pelas terras e castanhais da região.

TRABALHO NAS ILHAS

Com referência, ainda, ao tempo de chegada, há, por parte dos moradores mais antigos, um conjunto de referências que afirmam uma ocupação das ilhas caracterizada pela construção de casas de moradia, atividades agrícolas (em *roças* e quintais), extrativismo e produção de pesqueiros.

Da breve análise sobre o processo de ocupação das ilhas, a partir de uma trajetória ribeirinho/extrativista, é possível asseverar uma relação com o território sedimentada desde a década de 70. Aproximadamente 30 famílias ocupavam as ilhas da região do Cujubim no período referido pelos moradores. Tributárias de uma vida nas florestas e rios da Amazônia, as trajetórias dessas famílias evidenciam uma experiência ribeirinho/extrativista comum, vivida na paisagem da bacia amazônica, onde é possível, também, situar os primeiros encontros entre membros do grupo de moradores. As trajetórias das famílias reificam um formato de deslocamento que articula o trabalho em roçados, o extrativismo e a pesca, guardadas as devidas singularidades.

Seu Paciência, companheiro de dona Maria, relata a chegada à localidade no ano de 1977, quando se instalou em uma das ilhas do *furo* do Cujubim:

Em 77 eu cheguei lá no Cujubim, só que morando na ilha. [...] Aí eu morava na ilha e trabalhava na terra lá. Só que a gente não tinha casa onde nós temos hoje. A casa era na ilha, né? A gente plantava na ilha, plantava feijão, abóbora, melancia, e a mandioca, era uma linha mais ou menos. E fazia farinha ali e tudo. Aí, a gente partia para terra firme quando estava caindo castanha; nós virava.

A navegação nas águas do rio Branco, no trecho do *furo* do Cujubim onde as ilhas estão localizadas, possibilita notar um sem-número de *capoeiras*³ que se constituem em memoriais vivos do processo de intervenção anterior referendado pelos

³ O termo *capoeira* é comumente utilizado para designar ambientes em pousio, ou seja, a sucessão da floresta secundária a partir do ciclo agrícola. Localmente o termo é empregado com esse sentido.

moradores. As *capoeiras*, esses *rastros das roças* de outrora, caracterizam-se, principalmente, pela presença de embaúbas, tachis-do-brejo, ingás e palmeiras de açai, e dão pistas dos locais exatos onde, antes, os ocupantes estabeleciam o manejo agrícola nas ilhas. De dentro, percebe-se a existência de espécies frutíferas notadamente nos locais onde antigamente se constituíam os quintais das casas e as *roças*.

Essas ilhas que separam parcialmente as águas do leito do Rio Branco dando origem ao *furo* do Cujubim parecem estar agrupadas de forma a estender a superfície de terra firme que margeia o lado direito do rio. Se, hoje, o movimento de uso dos recursos parece estar mais sedimentado nas atividades desenvolvidas na terra firme, a memória do Sr. Paciência deixa claro que no passado a ordem inversa era mais generalizada. Era nas ilhas que se empreendia a maior parte do trabalho familiar. Esse conjunto notável de ilhas figura na memória dos agentes como os lugares de ocupação mais antiga das terras do Cujubim Beira Rio. Nelas desenvolviam-se as atividades principais que propiciavam sustento à economia familiar, complementadas pela pesca e pela coleta de castanha nas florestas da terra firme. Se por um lado as ilhas eram, naquela época, o local de uso mais intensivo, a floresta na terra firme, por sua vez, representava também um local de abrangência do trabalho familiar, seja nas áreas que correspondem ao que hoje se reconhece como Cujubim Beira Rio, onde historicamente mantiveram uma relação de tecitura da vida (INGOLD, 2011), seja nas áreas em que se reconhecia e reconhece o domínio privado de fazendeiros.

CONFIGURAÇÃO ATUAL

Descrevemos anteriormente a memória de uso do território Cujubim Beira Rio fundamentada, sobretudo, no aporte de recursos florestais e nos mecanismos de apropriação das ilhas como local de morada e trabalho na terra. De acordo com os

moradores mais antigos, o que se sucedeu depois foi um movimento de deslocamento das ilhas para a terra firme originado a partir de fatores ambientais e políticos. Os moradores atribuem esse processo de mudança à atuação dos órgãos ambientais que passaram a regular unilateralmente as ações dos moradores: “Não deixavam cortar mais nem um pau sequer nas ilhas”, conta Raimundo Paciência.

As enchentes do rio nos períodos mais chuvosos eram outro fator que dificultava a permanência nas ilhas, dada a frequência e a intensidade com que ocorriam, o que inviabilizava a existência de atividades agrícolas nessas localidades.

Desse modo, as famílias deixaram gradativamente de exercer atividades nas ilhas na intensidade anteriormente referendada e passaram a ocupar a margem direita do rio, configurando uma área que se estende desde as imediações da ilha do Santos findando na altura da ilha do Japiim. As famílias foram se apropriando continuamente dessa parcela de floresta, de forma a estabelecer o que hoje se define como os *lotes da beira* – área de ocupação mais antiga dentro do território. São aproximadamente 16 lotes, de 60 hectares cada, que, salvo nos casos em que pertencem a algum adventício mais recente, estão vinculados àqueles moradores que se movimentaram das ilhas para a terra firme na década de 80.

O território contempla ainda os lotes ditos *da vicinal* – *vicinal 6* – que, em articulação com os lotes da *beira*, delimitam a extensão territorial ocupada pelos moradores. Fruto de uma ocupação efetiva mais recente, a maioria desses lotes constitui posse de pessoas que foram assimiladas pelo grupo como estratégia de manutenção do controle sobre essa parcela territorial. A forma de incorporação desses *novos* moradores resulta da atuação dos moradores mais antigos, que estrategicamente passam a “*botar gente* para encher a terra”, confrontando a atuação de fazendeiros *grileiros* que tentam de qualquer forma dominar as terras da região, sob o argumento da inexistência de ocupação. Para além da situação conflitiva

vivenciada pelo antagonismo com os *grileiros*, a ação de assimilação de novos membros, sintetizada na categoria nativa *botar gente*, responde a regulações internas inerentes ao grupo, de forma que *botar um novo morador*, implica para a pessoa uma relativa responsabilidade.

A incorporação de novos moradores passa a acontecer de forma mais intensiva, sobretudo a partir da instauração do conflito com a Madeireira Vale Verde, na primeira década do corrente século. Personificada na figura do *Suíço*, essa empresa madeireira passa a atuar na região, adquirindo grandes extensões de terra e realizando a extração de madeira, principalmente nas áreas que constituíam os castanhais da J. G. Araújo, como mencionamos anteriormente.

Segundo os moradores, os lotes da *vicinal 6*, somam-se 66: 33 de cada lado, dispostos frente a frente uns com os outros encerrando uma área que se estende desde o fundo dos lotes da *beira* até o entroncamento que encerra a estrada dentro do limite do território. Ainda que delimitem o território de forma bastante precisa, as relações que mantêm com ele extrapolam tais divisas, sobretudo porque a efetiva utilização da floresta e do rio obedece a lógicas de usufruto que relativizam a noção de propriedade individual.

Os lotes, nesse sentido, são unidades territoriais de domínio familiar, onde se estabelecem as moradias, atividades agrícolas e extrativistas. Os arranjos compatibilizados no trabalho de extrativismo da castanha exemplificam o quanto tais divisões podem ser flexibilizadas em função das relações sociais estabelecidas entre os moradores e em função da disposição da espécie a ser manejada.

A maioria dos moradores vinculados ao território em questão mantém residência também na sede municipal. São majoritariamente agricultores/pescadores/extrativistas que vivem atualmente uma dinâmica que se articula entre as atividades no *lote* e a *casa* na cidade.

A cidade de Caracará é, portanto, um local de referência para questões de saúde, educação, comercialização de produtos, etc. Da observação direta da circulação de pessoas, produtos e conversas, depreende-se a importância social das *casas* como lugares de afirmação de uma identidade fundada nos laços estabelecidos a partir de um universo comum compatibilizado pelo sentimento de pertença ao Cujubim Beira Rio.

As *casas* na cidade parecem pertencer a uma configuração específica quando analisadas do ponto de vista das relações estabelecidas para além delas. Valendo-nos da ideia de linhas de peregrinação de seus habitantes exposta por Ingold (2015), compreendemos as *casas* como lugares privilegiados das relações sociais, de trocas e comercialização de produtos oriundos dos *lotes*, de encontros – lugares nos quais as linhas de seus residentes estão fortemente atadas. No entanto, tal qual assevera Ingold (2015, p. 220), “tais linhas não estão contidas dentro da casa (...) elas trilham para além dela, apenas para prenderem-se em outras linhas em outros lugares, como fios em outros nós”. As *casas*, localizadas nas proximidades dos *portos* na sede municipal, possibilitam aos seus moradores perceber e participar dos movimentos no território Cujubim Beira Rio. Assim, quase sempre é possível receber uma informação do tipo “fulano *subiu* hoje” ou “fulano *baixou* hoje” estando em uma dessas casas ou passando por elas.

As *casas* na cidade figuram ainda como locais de maior segurança, sobretudo para os mais jovens, idosos e mulheres, haja vista a constante insegurança vivenciada desde a instauração das situações de conflito com os *fazendeiros grileiros*.

Quando não tinha conflito, os trabalhadores plantavam, cultivavam, criavam sem nenhum problema. Quando os agricultores do Cujubim Beira Rio chegaram na região, já existia ali castanha, piquiá, bacaba, açaí e tinha muita caça. Porcos, mutum, anta, jabuti e outros animais. Antigamente, tinha muitos vizinhos, a gente visitava os vizinhos... Antes

desse conflito... lógico que a gente não era aquela vida boa, mas vivíamos melhor. Agora com essas ameaças, nós não temos nem a liberdade de plantar uma planta ou de cultivar um animal. Nós somos ameaçados (TRABALHADORES..., 2014, p. 4).

Esse entretecimento entre uma dinâmica de vida na cidade e no *lote* não descaracteriza a ocupação do território de Cujubim Beira Rio e possibilita, desde uma análise empírica, relativizar algumas máximas expressas nas políticas estatais de organização territorial, uma vez que, percebe-se que a dinâmica de apropriação, uso e controle do território, tal qual se pode notar na experiência dos habitantes, é constantemente reelaborada frente às contingências históricas que lhes são convergentes.

ROÇAS, PESCA E EXTRATIVISMO

Explicitamos até aqui um breve recorte do incessante processo de construção do território Cujubim Beira Rio, pautado em uma trajetória histórica de ocupação que enuncia particularidades constituídas especificamente frente às contingências sociais, políticas e culturais, às quais foram submetidos – habitantes e território – durante pelo menos 50 anos de relação.

Partindo dessa trajetória, reportamo-nos à reflexão sobre algumas categorias sociais referentes ao uso social dado ao território, a partir das atividades de roça, pesca e extrativismo.

Ao trilhar os caminhos terrestres e aquáticos na companhia dos habitantes de Cujubim Beira Rio, trilhamos também os caminhos para desvendar os mecanismos cosmográficos (LITTLE, 2003) que transformam essa parcela do ambiente biofísico em um território. São saberes e lógicas de utilização consoante da diversidade florística e faunística presente na floresta e no rio que expressam o engajamento com o ambiente. A floresta e o rio são, portanto, – para além de uma definição biológica – elementos

de uma paisagem habitada e construída no cotidiano (INGOLD, 2000). Entre os habitantes do Cujubim Beira Rio, as atividades que mais se destacam são a roça, o extrativismo e a pesca.

ROÇAS E EXTRATIVISMO

O trabalho na *roça* é a atividade para a qual há maior dedicação das famílias e é dela que provém boa parte da economia familiar. Foi a partir dessa prática que conseguimos compreender a paisagem local. As *roças*, em sua grande maioria, comportam uma diversidade de espécies agrícolas cultivadas simultaneamente. Mandioca-brava, macaxeira, milho e abóbora são as espécies mais encontradas em tais cultivos. No entanto, pode-se encontrar com alguma frequência melancia, banana, maxixe, quiabo, cará e amendoim. O cultivo da *roça* define lugares, saberes e relações. Técnicas agrícolas bastante similares às desenvolvidas em outras localidades da Amazônia (EMPERAIRE; LOPEZ GARCÉS, 2016; NODA; NODA, 2003; MORIM DE LIMA et al., 2018; CARNEIRO DA CUNHA, 1999; ACEVEDO; BARBOSA, 2010; ARAUJO, 2014) foram verificadas também no Cujubim Beira Rio.

Brocar, derrubar, queimar, coivarar e plantar são as principais etapas de trabalho para implantação de uma nova *roça*. Implantar uma *roça* congrega uma série de conhecimentos relacionados com as especificidades ambientais do lugar, com as espécies a serem cultivadas, a força de trabalho com a qual se pode contar e com a lógica permanente de manejo agroambiental implementada pelos moradores.

A escolha de uma área para cultivo resulta da observação dos *jeitos* da terra, das espécies agrícolas e materiais propagativos e das relações com outros fatores ambientais, como por exemplo, o ciclo da água. Nesse mesmo sentido, o conhecimento da vegetação local e de seus mecanismos de recuperação e regeneração são igualmente acionados para dirimir o manejo da *roça* de forma

a estabelecer parâmetros técnicos que têm viabilizado o manejo da floresta em um formato que tem se perpetuado ao longo dos anos. Para instalação de uma nova roça, normalmente procede-se selecionando áreas de *mata rala* ou *capoeira* – definida localmente como uma forma florestal em que a vegetação se encontra mais *rala* e com árvores de menor porte em altura e diâmetro –, geralmente fruto de uma intervenção anterior.

Essas *capoeiras* têm ligação direta com a lógica permanente de manejo agroambiental implementada na localidade, onde podemos encontrar áreas em diferentes estágios de cultivo e de pousio. Essa modalidade de formação vegetal, quase sempre, diz respeito a uma área que no passado foi *roça* e que, no momento de sua seleção, encontra-se em pousio. Há de se considerar, no entanto, os casos em que as *capoeiras* se constituem em áreas de manejo agroflorestal em formato mais permanente, quando da inserção dos ditos *bens de raiz* – espécies vegetais de ciclo mais longo, normalmente frutíferas inseridas após o terceiro ano de utilização mais intensiva da área enquanto *roça*.

No Cujubim Beira Rio, observação e prática parecem ser os motores de uma experiência de manejo agrícola (re)constituída localmente.

O plano de decisão para cultivo de uma *roça* obedece ainda a parâmetros outros que não esses apresentados acima. Nesse sentido, chamamos atenção para a explicação de Ivonete:

A terra chega uma época que ela fica fraca, que ela não dá mais. Devido a gente plantar muitas coisas nela, ela fica cansada. Mesma coisa que nem nós. A terra, ela é viva. Nós não ficamos velho e morremos? Não se acaba? A mesma coisa é a terra. A terra chega um ponto que tu planta alguma coisa nela, e ela chega um ponto que ela não vai dar mais nada ali. Tua planta, ela não vai mais conseguir uma batata boa...ela não cresce bem mais. E ela não presta, ela fica cansada. Aquela *capoeira*, tu vai deixar ela lá pra criar mato novamente. Um monte de ano sem tu mexer lá. Deixa ela lá.

Aí ela vai reproduzir de novo todos aqueles matos. Crescer e tudo mais. Tu vai passar muitos anos sem tá mexendo ali onde tu já plantou muito. Ela cansa. Aquela terra fica sem reprodução de nada. Por isso que a gente planta dois, três anos num lugar. Nós, por exemplo, não plantamos muitos anos num lugar pra não estragar a terra. A gente planta um ano, dois anos ali e deixa ela reproduzir a mata dela como ela era antes.

Carneiro da Cunha e Almeida (2002, p.14), destacam que:

o conhecimento local não é, portanto, apenas transmitido de geração a geração. Envolve por um lado pesquisa, experimentação e observação; por outro, envolve raciocínio, especulação, intuição. Supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informações.

Assim, essas estratégias de pensar e agir, fundadas nesse cabedal de conhecimentos “verdadeiramente enciclopédicos” (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2002, p.13) e exemplificados acima pelo trabalho intelectual que organiza concepções para a prática de implantação de uma *roça*, indiciam a construção de uma territorialidade particular cunhada no seio das relações socioambientais.

Roças e *capoeiras* figuram como importantes categorias de afirmação política e identitárias do grupo de moradores, frequentemente acionadas para justificar o direito de uso e controle do território, em clara oposição a outros modelos de apropriação territorial.

Fazer um respeito é a expressão que simboliza a importância política atribuída à ocupação constituída pelo uso efetivo e pelo trabalho investido. Para os moradores locais, *fazer um respeito* é, sobretudo, uma alusão ao trabalho empreendido no local de moradia e/ou de abrangência do trabalho familiar, a saber, o *lote*.

Na visão dos moradores, um *lote de respeito* é aquele onde há, notadamente, *roças* e *capoeiras* e não necessariamente casas,

como poderia se imaginar e como preconizam algumas políticas instrumentalizadas pelas esferas estatais. *Roças e capoeiras* assumem, assim, importante papel no plano discursivo, uma vez que são pauta principal da memória de uso do território e os principais argumentos de uma ocupação efetiva.

Ainda na terra firme, durante todo o trabalho de campo, o uso de produtos da floresta, sejam eles madeireiros ou não, fora sempre descrito de forma a caracterizar a importância da atividade extrativa na região: “Em Cujubim temos vários tipos de madeira: piquiá, preciosa, carnaúba, manga brava, angelim, maçaranduba, pau rainha, sucupira, castanheira, jatobá e andiroba [...]” (TRABALHADORES..., 2014, p. 4).

A atividade extrativista de maior destaque é a coleta de castanha. Realizada normalmente entre os meses de maio e agosto – período mais intenso de chuvas em Roraima e de maturação dos frutos da castanheira –, essa atividade expressa um conjunto de noções que tornam perceptível a articulação entre lógicas de apropriação familiar e usufruto comum desse recurso florestal.

Os castanhais são geridos de forma contínua e cotidiana. Durante os meses de abril e junho de cada ano, uma volta na floresta é sempre motivo para se saber se os frutos das frondosas castanheiras já estão caindo. Nos períodos anteriores à queda, observa-se minuciosamente as copas das árvores para estimar, pela quantidade de flores e frutos novos, a potencial produção do próximo ciclo.

O uso dos castanhais se dá de forma compartilhada efetivada pela prática de se reunir em grupos para executar o *corte*. A *parceria* é um arranjo de trabalho por afinidade, no qual os envolvidos partilham a área de coleta, os mecanismos de acesso (picadas), ferramentas e alimentos. No entanto, cada um é responsável pelo produto de seu trabalho de forma individualizada, como aponta Sr. Marcos: “Cada qual trabalha pra si, mas todo dia a gente sai junto pro trabalho”.

Parentesco, vizinhança, antiguidade, conhecimento e prática na atividade parecem constituir importantes elementos na construção de afinidades para o trabalho na castanha.

Para o *corte* de castanha, o *lote* também é reconhecido como unidade de apropriação familiar, no entanto, os moradores entendem que respeitar as castanheiras que estão em um lote de alguém é conceber o direito e a possibilidade de usufruto de um bem comum, além de revelar critérios de pertencimento, como atesta Sr. Marcos:

O castanhal não tem dono. Só que como aqui é dividido em lotes, também é solicitada permissão do dono para colher. Se a pessoa não for cortar e tiver interesse de outros do grupo, ela cede. Se for do grupo, a gente aceita, se for de fora não.

Por fim, as noções expressas pelos habitantes denotam que o trabalho no extrativismo, assim como as *roças* e *capoeiras*, articulam estratégias de uso do território cunhadas cotidianamente, configurando, dessa maneira, uma territorialidade particularmente constituída.

SUBINDO O RIO

Gaivota foi o nome escolhido para a canoa de sete metros de comprimento por um metro e vinte de largura atracada no porto da Antártica. O nome Gaivota, segundo Sr. Paciência, faz alusão ao pássaro, que seria pescador da mesma forma que ele.

O rio Branco é a principal via de acesso para o Cujubim Beira Rio, uma vez que o acesso terrestre para a localidade é em parte dominado pela Madeireira Vale Verde, com a qual os moradores vivem uma situação de conflito fundiário. Para além dessa situação com a Madeireira Vale Verde, o rio Branco é o *veio d'água* pelo qual se desdobra boa parte da vida dessas pessoas, figurando em suas representações desde os discursos memorialísticos acerca dos tempos de chegada.

Além de viabilizar o transporte fluvial de pessoas e produtos agrícolas, o rio fornece alimento e renda por meio da atividade pesqueira. Lazer no verão, quando as águas baixam e deixam à vista suas praias e corredeiras, o rio Branco é também agente de relações socioambientais envolvendo movimentos, fluxos, saberes, técnicas e políticas de uso e controle.

Subindo ou *baixando* o rio na companhia dos moradores, somos apresentados a esse cabedal de relações que passamos a descrever de forma bastante sintética e que revelam paisagens marcadas por espaços de referência constituídos a partir de memórias, temporalidades e atribuição de significados.

Subindo o rio, partindo da sede municipal, percebem-se inúmeros pontos de apertamento de embarcações distribuídos por toda a margem onde está localizada a cidade. São embarcações de pequeno, médio e grande portes, destinadas a atividades diversas. As canoas, sobretudo as de pequeno porte, sejam elas de metal ou madeira – em que se acoplam motores rabeta ou de popa –, são as mais utilizadas para transporte e pescarias. As grandes embarcações – barcos e lanchas – são, segundo nossos interlocutores, destinadas ao turismo nos rios da região, principalmente na região do Baixo Rio Branco.

Na medida em que se afasta do perímetro urbano, nota-se uma distribuição de portos mais espaçada, notadamente nos pontos onde há moradia ou algum acampamento que funciona como base para a atividade pesqueira. Durante o percurso, é possível visualizar casas margeando o rio, em sua maioria construídas em madeira e guardando a característica de serem suspensas, ao modo de palafita. Nota-se, também, vários *barrancos* caracterizados pela presença de embarcações, caixas térmicas, geladeiras e (ou) freezers, sem que se perceba a presença de alguma edificação. Em alguns desses casos, a casa pode estar mais distante do leito do rio, mas, grande parte deles são pontos de acampamento de pescadores, notadamente relacionados a seus pontos de pesca. É expressivo o número de embarcações e pontos de pesca nessa região do rio Branco.

Contornar ilhas, adentrar *paranãs*, desviar de pedreiras, bancos de areia e adereços de pesca são habilidades necessárias para quem se aventura a navegar o rio Branco no trecho Caracarái-Cujubim.

A imediação do *furo* do Cujubim é bastante acessada para atividade de pesca, justificada pela alta concentração de peixes na região; é uma atividade que reflete técnicas, práticas e regulamentos cunhados no seio das relações estabelecidas com o rio e entre as pessoas. Na região, há inúmeros *pesqueiros*.

O *pesqueiro*, no plano prático, corresponde a uma técnica de pesca direcionada aos peixes “miúdos” (pacu, aracu, matrinxã, sardinha, entre outros). Consiste em atrair os peixes para lugares específicos com o aporte de “comidas” na água (na maioria produtos agrícolas, como arroz cozido, soja fermentada, milho, feijão, macaxeira), de forma que, após um determinado tempo, a área fique propícia para atividade de pesca. Há de se ressaltar que existe certa correspondência entre o material utilizado para a produção do *pesqueiro* e o tipo de peixe que se deseja pescar (por exemplo, o peixe piau e o milho), caracterizando assim um minucioso conhecimento dos peixes da região e de suas preferências alimentares.

Outra vertente importante dos *pesqueiros* é o sentido que eles adquirem como produto da ação de uma pessoa ou grupo. “Se o *pesqueiro* existe, ele tem dono”. Assim, os *pesqueiros* são lugares instituídos a partir de uma lógica de domínio fundada no trabalho investido para sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, fizemos um esforço de compreensão de uma situação específica que compõe a diversidade do universo rural de Roraima. Buscamos compreender e descrever aspectos do modo de habitar de ribeirinhos e agricultores de Cujubim Beira

Rio que revelam também lógicas e argumentos que conformam a condução do território que lhes é convergente.

O ponto de partida da análise foi a trajetória de ocupação fundamentada na memória coletiva do grupo de moradores, do que foi possível entrever uma relação sedimentada em pelo menos 50 anos de ocupação dessa parcela do ambiente biofísico. A particularidade dessa trajetória desde o *tempo dos burros*, passando pela ocupação das ilhas até a configuração atual, enuncia inúmeras situações geridas de forma a coadunar a configuração de uma territorialidade particular.

Os mecanismos de apropriação e controle do território indicam lógicas de uso efetivo dos recursos naturais e das relações sociais estabelecidas na dinâmica de vida dos habitantes. Assim, fazer *roças*, manejar *capoeiras*, *cortar* castanha e produzir *pesqueiros* pertencem ao cabedal cosmográfico do grupo, forjado no seio da experiência de vida dos moradores a partir dos saberes empreendidos e das estratégias de gestão dos recursos disponíveis no território.

As reflexões ora apresentadas, permitem assinalar alguns caminhos percorridos pelo grupo de moradores que revelam modos de habitar Cujubim Beira Rio, tornando-o um território, por assim dizer, justamente porque submetido a contingências históricas particulares. O entretecimento entre memória, práticas cotidianas e usos, observado no Cujubim Beira Rio, convalida a ideia de que as territorialidades estão referidas a processos e não devem ser encaradas como estanques, da mesma maneira que a relação dos sujeitos com o mundo: seus lugares, modos de ser, memórias são constitutivos de seu ambiente de vida.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; BARBOSA, Maria. B. C. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, v.13(1), p. 27-45, jul. 2010.

ARAUJO, Marisa B. *Questões de uso comum: transformações das lógicas de apropriação de territórios e recursos naturais*. EdUFRR, 2014.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998 [1969], p.187-227.

CARNEIRO DA CUNHA Manuela. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados*, n.13, p. 147-63, 1999.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro. W.B. (Orgs.). *Enciclopédia da Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EMPERAIRE, Laure; LOPEZ GARCES, Dossiê Dinâmicas das Agriculturas Amazônicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* 11 (1), Jan-Abr., 2016.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

LITTLE. Paul. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. *Anuário Antropológico*, vol. 28 n.1, p. 251-290, 2003.

MAGALHÃES, Maria da Graça. *Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988*. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

MORIM DE LIMA, Ana et al. (Orgs.). *Práticas e Saberes sobre Agrobiodiversidade: a contribuição dos povos tradicionais*. Brasília: Mil Folhas, 2018.

NODA, Hiroshi; NODA, Sandra N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 4(6), p. 55-66, 2003.

PIETRAFESA DE GODOI, Emilia. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Revista Raízes*, Campina Grande, v.34, n.2, jul./dez., p.8-16, 2014.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora UFRR, 2013.

SOUZA, Antônio Klinger Silva. *Comércio, acumulação e poder: A empresa J. G. Araújo & Cia. Ltda. em Boa Vista do Rio Branco*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. A sacralização da natureza e a ‘naturalização’ do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v.11, n.2, p.289-305, 2008.

TRABALHADORES Rurais do Cujubim Beira Rio – Caracarái – RR. In: Nova Cartografia Social da Amazônia. *Série Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação*, Fascículo n. 07. Manaus: UEA 2014. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/07-trabalhadores-rurais-do-cujubim-beira-rio-caracarai-rr/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MARISA BARBOSA ARAUJO – Professora do Curso de Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Roraima. E-mail: marisa.barbosa.araujo@gmail.com

TAIGUARA DOS SANTOS PEREIRA – Mestrando no Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão.